



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
Contencioso Administrativo Tributário
Conselho de Recursos Tributários
1ª Câmara de Julgamento

Resolução Nº 19 /2005

Sessão: 206ª Sessão Ordinária de 03 de dezembro de 2004

Processo Nº: 1/1681/2004

Auto de Infração Nº: 1/200403624

Recorrente: J. L. Cosméticos Ltda

Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância

Relator: Alexandre Mendes de Sousa

EMENTA: ICMS - Descumprimento de Obrigação Acessória - Falta de Entrega da GIM. Julgamento de 1ª Instância NULO, restou caracterizado cerceamento do direito de defesa do contribuinte. Retorno do processo à instância monocrática para novo julgamento, com fundamento no art. 53 do Decreto 25.468/99. Recurso Voluntário conhecido e provido. Decisão por unanimidade de votos.

RELATÓRIO:

A peça vestibular dos autos acusa o contribuinte com o seguinte relato:

"Deixar o contribuinte, na forma e nos prazos regulamentares, de entregar ao órgão fazendário competente Guia Informativa Mensal do ICMS (GIM) ou documento que a substitua. Não apresentou GIMS dos meses de junho a dezembro de 2003 e janeiro a fevereiro de 2004."

Em primeira instância o auto foi julgado a revelia, em razão da falta de apresentação por parte do contribuinte da peça impugnatória.

Após analisar o processo a nobre julgadora teceu comentários sobre a necessidade da entrega da Guia Informativa Mensal – GIM, enfatizando ser um documento de controle do Fisco para cobrança do imposto.

Conclui sua análise declarando a procedência da acusação, visto que restou comprovada a infringência a legislação tributaria por parte do contribuinte, aos artigos, 277 e 278 do RICMS.

O contribuinte é informado da decisão singular, e em tempo hábil interpõe recurso voluntário arguindo o seguinte, em suma:

- Alega que apresentou quando da primeira notificação (Protocolo nº 201/0100-0 de 18/05/04 entregue a Rua Castro e Silva e Protocolo nº 04108898-0 de 19/05/2002 , Av. Pessoa Anta 274), defesas ao presente auto de infração, conforme documentos acostados aos autos, fls. 20/21;
- Que também não dispõe de recursos financeiros para a multa, mas que deseja efetuar o pagamento e requer alternativa, para que não precise fechar seu estabelecimento;
- Acosta aos autos comprovantes das entrega das GIM's reclamadas, fls. 27/40 dos autos.

De posse das informações apresentadas no recurso, a consultora constatou que a empresa ao apresentar a impugnação ao feito fiscal, fls.20/21, estava dentro do prazo de 20 dias estipulado pela legislação processual, conforme inciso IV do Art. 27, da Lei nº 12.732/97.

Entende a nobre consultora que a falta de apreciação por parte da 1ª instância, ocasionou cerceamento do direito do defesa do contribuinte, motivo pelo qual sugere a nulidade do julgamento singular, que pugnou pela procedência da autuação e o seu imediato retorno à 1ª Instância para novo julgamento, nos termos do art. 53, do Decreto nº 25.468/99.

O parecer é acatado na integra pelo douto Procurador do Estado.

Ê o relatório.

VOTO DO RELATOR.

Prende-se a autuação ao fato da empresa acima mencionada, deixar de entregar na forma e nos prazos regulamentares, ao órgão fazendário competente, a Guia Informativa Mensal do ICMS (GIM) ou documento que a substitua, referente aos meses junho a dezembro de 2003 e janeiro a fevereiro de 2004.

Contudo a decisão singular há de ser anulada, vez que os questionamentos da recorrente não foram apreciados pela instância singular, o que resultou em cerceamento ao direito de defesa da autuada.

Conforme restou demonstrado nos autos, o processo foi julgado em primeira instância a revelia, em razão do não acostamento aos autos da peça impugnatória por parte do Cexat do Centro, que recepcionou o documento dia 18 de maio de 2004 (ressalte-se, dentro do prazo previsto no art. 27, inciso IV, da Lei nº 12.732/97) e não remeteu ao CONAT para juntada ao processo.

Nos termos do art. 53, do Decreto nº 25.468/99, são considerados absolutamente nulos os atos praticados com preterição de quaisquer garantias processuais constitucionais.

No presente caso, restou evidenciado nos autos o cerceamento do direito de defesa do contribuinte, uma vez que a peça impugnatória não foi apreciado pela instância monocrática.

Ante aos exposto, voto no sentido de conhecer do recurso voluntário, dar-lhe provimento, declarando nulo o julgamento singular, nos termos do art. 53, do Decreto nº 25.468/99 com imediato retorno do processo a 1ª instância para novo julgamento.

É o voto.

DECISÃO:

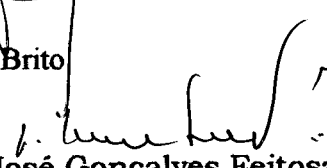
Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente J. L. Cosméticos Ltda e recorrido, Célula de Julgamento de 1ª Instância.

RESOLVEM os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, resolve determinar o retorno dos autos à instância monocrática, para novo julgamento, anulando o constante dos autos, para que se cumpra a decisão administrativa nº 003/2004 do Conselho de Recursos Tributários, procedendo-se na forma ali delineada, nos termos do voto do Conselheiro Relator e parecer da douta Procuradoria Geral do Estado. Ausente por motivo justificado o conselheiro José Gonçalves Feitosa.

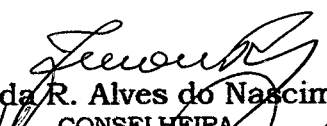
**SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO
DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 14
de ~~Jan~~ ^{Feve} de 2.005.


Alfredo Rogerio Gomes de Brito
PRESIDENTE


Alexandre Mendes de Sousa
CONSELHEIRO RELATOR


José Gonçalves Feitosa
CONSELHEIRO


Manoel Marcelo A. Marques Neto
CONSELHEIRO


Fernanda R. Alves do Nascimento
CONSELHEIRA


Ana Maria Martins Timbo Holanda
CONSELHEIRA


Frederico Hozanan Pinto de Castro
CONSELHEIRO


Helena Lúcia Bandeira Farias
CONSELHEIRA


Cristiano Marcelo Peres
CONSELHEIRO


Matheus Viana Neto
PROCURADOR DO ESTADO